

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

PROJETO PEDAGÓGICO



CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA

Aprovado em ____ de ____ de 2026

Alexandre Oliveira Cantanhede Lago
General de Divisão Alexandre Oliveira CANTANHEDE Lago
Comandante da Escola Superior de Guerra

SUMÁRIO

• SÍNTESE HISTÓRICA	01
○ APRESENTAÇÃO	01
○ METODOLOGIA DE ENSINO DA ESG	02
○ ASPECTOS NORMATIVOS	04
• APRESENTAÇÃO DO CURSO	06
○ OBJETIVO GERAL	06
○ DIRETRIZES GERAIS	06
○ QUADRO GERAL DE CARGA HORÁRIA	08
• APÊNDICE AI ESTRUTURA CURRICULAR	09
○ ESTRUTURA CURRICULAR DO CGERD-RJ	10
○ ESTRUTURA CURRICULAR DO CGERD-SP	12
• APÊNDICE AII CRONOGRAMA DE ESTUDOS CGERD-RJ	14
○ CRONOGRAMA DE ESTUDOS CGERD-RJ	15
• APÊNDICE AIII CRONOGRAMA DE ESTUDOS CGERD-SP	16
○ CRONOGRAMA DE ESTUDOS CGERD-SP	17
• APÊNDICE AIV PLANO DE DISCIPLINAS	20
○ PLANO DE DISCIPLINA CGERD-RJ	21
• APÊNDICE AV PLANO DE DISCIPLINAS	34
○ PLANO DE DISCIPLINA CGERD-SP	35

SÍNTESE HISTÓRICA

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e assessoramento superior na Administração Pública e para o planejamento da segurança e da defesa Nacionais, nela incluídos os aspectos relativos ao desenvolvimento nacional.

A ESG funciona como Instituição de Ensino Superior, atuando como centro de permanente de estudos, de pesquisas e de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos sobre pensamento de defesa.

A Escola planeja, coordena e desenvolve os cursos instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa e atua, na organização do debate entre as lideranças civis e militares a respeito das questões da defesa, contribuindo para aumentar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos da defesa nacional.

Na organização dos cursos são considerados os seguintes princípios:

- ✓ a relação indissociável entre ensino e pesquisa;
- ✓ a transdisciplinaridade do conhecimento;
- ✓ o pensamento crítico e abrangente;
- ✓ o pluralismo de ideias;
- ✓ a integração entre diferentes órgãos da Administração Pública;
- ✓ a interação entre civis e militares;
- ✓ a correlação e a integração dos estudos individuais;
- ✓ a valorização da experiência do estagiário;
- ✓ a compreensão da conjuntura nacional e internacional;
- ✓ a promoção do assessoramento de alto nível; e
- ✓ a garantia do padrão de qualidade.

Para tanto, promove estudos e pesquisas, compreendendo o ensino, a extensão e o intercâmbio de conhecimentos, por meio de Cursos, Simpósios, Ciclos de Estudo, dentre outras atividades acadêmicas.

As atividades de estudo e ensino desenvolvidas são coordenadas e conduzidas pelo Departamento de Estudos, a quem cabe, ainda, desenvolver outras atividades finalísticas por intermédio dos Institutos e Centros integrantes da estrutura regimental da ESG.

As suas diretrizes pedagógicas, centradas em valores humanos e sociais, promovem estudos integrados e participativos, de natureza exclusivamente acadêmica. Com foco na melhoria contínua, aperfeiçoa constantemente suas atividades pedagógico-institucionais.

A ESG desenvolve as suas atividades na Fortaleza de São João – Av. João Luiz Alves, s/nº - Urca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22291-090. Mais esclarecimentos podem ser obtidos por meio dos tel. (21) 3545-9869, (21) 3545-9889 ou pela navegação na página oficial da ESG na internet www.esg.br, onde estão disponíveis informações sobre o histórico da Escola, seus diversos cursos e demais atividades desenvolvidas.

METODOLOGIA DE ENSINO DA ESG

A metodologia de ensino da ESG busca propiciar, para todos os cursos, fundamentação teórica, compreensão de conjunturas em uma abordagem sistêmica e domínio de instrumento para análise coletiva da realidade, com vista à elaboração de políticas e estratégias de ação e à sistematização coletiva e individual de conhecimentos. Os matriculados na ESG são denominados como estagiários, visando estimular a perspectiva de aplicação e vivência dos conhecimentos adquiridos durante os diversos cursos por eles realizados.

Na ESG, o aporte teórico relevante das áreas de conhecimento é abordado evitando-se a adoção de verdades absolutas, sendo apresentadas múltiplas e diferentes visões sobre os assuntos tratados, de modo a incentivar o debate e o pensamento crítico e abrangente. São também propostas atividades de estudos e pesquisa de modo a ampliar a compreensão da realidade nacional e internacional.

- **A relação indissociável entre ensino e pesquisa.**

A pesquisa é responsabilidade inerente daquele que ensina, sendo uma oportunidade para o professor-pesquisador se manter em contínuo desenvolvimento quanto ao conteúdo, aos métodos de pesquisa e à compreensão da realidade. Por essa razão, a ESG valoriza o desenvolvimento permanente dos seus integrantes, assim como apoia e incentiva as iniciativas de autodesenvolvimento e a participação dos mesmos em eventos acadêmico-científicos, em

grupos de pesquisa e em todas as atividades que favoreçam a capilarização dos conhecimentos construídos, contribuindo para as atividades docentes junto aos estagiários dos cursos.

- **O conhecimento é inter e transdisciplinar.**

Altos estudos envolvem a capacidade de discernir o contexto, o global, o multidimensional e a interação complexa dos elementos (MORIN, 2000). A estruturação curricular da ESG busca uma organização do conhecimento como uma teia ou rede orgânica de acesso livre. O recorte teórico dos conhecimentos busca ultrapassar as barreiras tradicionais dos conteúdos disciplinares visando, não “o domínio sobre várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa (...)” (UNESCO, 1994).

O pensamento complexo é também incentivado nas atividades de interpretação, análise, crítica e planejamento estratégico de macro contextos desenvolvidos nos cursos, por meio dos trabalhos, em grupo e individuais, com temas transversais que objetivam articular a contribuição das diversas áreas para integrar e aprofundar os conhecimentos estudados.

- **O conhecimento, como bem cultural imaterial, é construído, reconstruído e interpretado social e coletivamente. Os saberes culturais são apropriados e transformados a partir da atividade mediada.**

A ESG adota, em sua prática didático-pedagógica, a base teórica sociointeracionista, considerando que as funções ou processos mentais superiores e tipicamente humanos têm origem social (VYGOTSKY, 1992). A construção de conhecimento e a aprendizagem humana acontecem fundamentalmente pelos processos de interação e mediação nas relações entre o indivíduo e o mundo exterior, num processo histórico e social. Por essa razão, todos os cursos da ESG promovem atividades de estudos em grupo (pesquisa, análise e sistematização de conhecimentos conjunta), primando pela oportunidade de troca de experiências, de intercâmbio de informações e de diferentes visões de mundo. O corpo docente da ESG assume o papel de mediação no processo de interlocução das atividades realizadas, atuando de forma interdisciplinar. Dessa forma, as atividades de estudos são estruturadas de modo a propiciar:

- compreensão do Poder Nacional;
- conhecimentos teóricos básicos;
- análise de conjunturas, por meio de exposições de conferencistas ilustres, como autoridades acadêmicas e governamentais em diversas esferas, e representantes de inúmeras instituições;
- compreensão *in loco* das questões centrais abordadas em cada curso, realizada por meio de viagens e visitas de estudo; e

- sistematização de conhecimentos por meio de trabalho final de curso como forma de sistematizar os saberes construídos socialmente.

As palestras e conferências são preferencialmente precedidas por estudo prévio de material teórico de referência no assunto, indicado pelas Divisões de Estudo. Os fundamentos teóricos são seguidos de análises conjunturais que permitem a integração da teoria com a prática e com a realidade, seja por meio de debates, discussões dirigidas, trabalhos em grupo, estudos individuais, visitas ou viagens.

A prática avaliativa adotada objetiva acompanhar o processo de produção intelectual dos estagiários a partir dos objetivos propostos e dos critérios estabelecidos em cada curso. Um dos princípios norteadores da prática avaliativa na ESG é o acompanhamento da produção coletiva e individual, buscando uma análise global e transdisciplinar, tendo em vista que os trabalhos são elaborados como uma articulação dos conhecimentos trabalhados nas diferentes fases de cada curso.

Os procedimentos avaliativos e as condições de aprovação estão pautados em documentos e orientações normativas da ESG. Os registros avaliativos acontecem na forma de conceitos, sem o objetivo de classificação entre os estagiários, de modo a fomentar a apreciação das produções por parte dos avaliadores e reorientá-las, se for o caso.

A avaliação do ensino é realizada por meio da contribuição dos estagiários que analisam as atividades curriculares, em consonância com o objetivo das disciplinas, bem como os responsáveis por estas atividades.

Deste modo, diante de um contexto global marcado por desafios multifacetados, que exigem uma abordagem interdisciplinar e crítica, a ESG se propõe a oferecer uma educação que não apenas transfira conhecimentos, mas que desenvolva o pensamento estratégico, a liderança e a capacidade de atuação em ambientes dinâmicos e desafiadores.

O presente Projeto Pedagógico busca consolidar os esforços educacionais e administrativos, alinhando as práticas pedagógicas às diretrizes estratégicas de defesa e desenvolvimento do Brasil, promovendo a excelência acadêmica e a formação integral.

ASPECTOS NORMATIVOS

Em consonância com os documentos normativos pertinentes, anualmente é publicada a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa, Ensino, Pós-Graduação, Extensão e Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola Superior de Defesa (ESD). Para o ano letivo de 2026, a referida diretriz está aprovada pela Portaria AED-MD N° 48, de 06 de janeiro de 2026.

A partir deste documento e, conforme as competências estabelecidas no Regimento Interno da ESG, são desenvolvidos, pelos Setores responsáveis, os processos de capacitação que propiciam o cumprimento da missão institucional da ESG.

APRESENTAÇÃO DO CURSO

DURAÇÃO: 7/8 SEMANAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 96/116 H/A

1 OBJETIVO GERAL

O CGERD destina-se a proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas e dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo sobre conceitos de Defesa no Estado Moderno e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito da administração pública e privada.

2 DIRETRIZES GERAIS

2.1 Estruturação

Para a consecução do objetivo geral do curso, a estrutura curricular do CGERD é estabelecida por meio de estudos e disciplinas ministrados de modo a integrar os conhecimentos das seguintes áreas: Conceitos Básicos e Poder Nacional; Relações Internacionais; Gestão de Recursos de Defesa; Desenvolvimento Nacional; e Indústria de Defesa.

O CGERD é desenvolvido ao longo de 8 (oito) semanas, sendo desenvolvido na modalidade híbrida, contando com 01 (uma) de EAD e 07 (sete) semanas presenciais em São Paulo, sendo realizado no período de 10 de agosto a 02 de outubro de 2026.

No Rio de Janeiro é desenvolvido em 2 (duas) semanas de presenciais, sendo executado no período de 08 a 19 de junho de 2026.

Os cursos terão carga horária de 48h/a, destinadas às Atividades de Estudo, distribuídas em 5 (cinco) disciplinas, além de 68 h/a (FIESP) e 27 h/a (FIRJAN) relativas às Atividades Complementares.

Para o cômputo da carga horária, serão considerados 3 (três) encontros semanais de 3 (três) horas/aula por dia para o CGERD SP, preferencialmente nas manhãs de 3ª a 5ª feira, exceto na semana da Viagem de Estudo, que será utilizada integralmente, ao passo que no CGERD RJ serão 02 (duas) semanas em regime integral de 2ª a 5ª feira e meio-expediente na 6ª feira.

O Curso de São Paulo contará com 2 (duas) Viagens de Estudos, em função de sua duração, caso haja apoio da Força Aérea Brasileira para o transporte dos estagiários ou, se a FIESP se

responsabilizar pelos custos do transporte terrestre, ao passo que no Rio de Janeiro serão somente Visitas de Estudo.

A Estrutura Curricular do CGERD está detalhada no **Apêndices E-I** e o Cronograma de Estudos nos **Apêndices E-II e E-III** desta Sinopse.

2.2 Atividades Complementares aos Estudos

Complementando a estruturação do curso, estão previstas atividades que se relacionam, direta ou indiretamente, a uma determinada disciplina do Curso.

Tais atividades englobam as relacionadas:

- ao Ministério da Defesa;
- à Política Nacional da Indústria de Defesa;
- às áreas de pesquisa e desenvolvimento de empresas e aos Centros Tecnológicos das FA;
- a assuntos da atualidade relacionados com a Base Industrial de Defesa (BID);
- Os Estudos Interdisciplinares de campo (EIC) serão realizados em setores de interesse do Curso, em princípio na região da sua realização; e poderá ser realizada 01 (um) ao Rio de Janeiro (FIESP), com duração de até 5 (cinco) dias, havendo disponibilidade de aeronave da FAB ou ainda se a FIESP se responsabilizar pelo transporte terrestre, assim como 01 (um) EIC na região de Sorocaba, São José dos Campos, Campinas e Taubaté, com duração de até 5 (cinco) dias.

Os EIC são vinculadas às disciplinas do Curso, e constituem um dos meios de aprendizagem mais eficazes, contribuindo para o enriquecimento do conteúdo programático, uma vez que propiciam um maior aprofundamento do conhecimento de áreas específicas de pesquisa, das indústrias de defesa, da gestão de recursos disponibilizados ao Ministério da Defesa, além de promover uma maior integração entre civis e militares. Essas permitem o fracionamento dos grupos para diferentes atividades ao mesmo tempo e sua posterior agregação para discussão dos dados colhidos. Em consequência, poderão, a critério do Diretor do Curso, ser planejados tempos para trabalho em grupo durante as VG, de modo a consolidar os conhecimentos auferidos, bem como ser solicitado um relatório aos diversos grupos de trabalho.

A realização dos EIC poderão ser previstos em dias ou horários diferentes aos destinados às Atividades de Estudos, sendo, nestes casos, em caráter opcional.

2.3 Avaliação

Será acompanhada a participação dos estagiários em todas as atividades do curso, seja em sala de aula ou durante as visitas e a viagem.

2.3.1 Avaliação do Ensino

É realizada a partir de informações coletadas em Fichas de Avaliação preenchidas pelos estagiários, visando identificar e analisar os aspectos positivos e as oportunidades de melhoria no que tange à proposta curricular, ao desenvolvimento do curso e ao desempenho dos integrantes da ESG, bem como os convidados ligados às atividades de ensino (conferencistas).

2.4 Frequência às Atividades

A frequência às atividades programadas, acadêmicas e outras, é obrigatória. Os critérios relativos ao controle da frequência, motivo da falta, cancelamento da matrícula e desligamento do curso estão definidos no Manual do Estagiário.

3. QUADRO GERAL DE CARGA HORÁRIA

Atividade	Carga-Horária (h/a) FIESP	Carga-Horária (h/a) FIRJAN
De Estudos	48	48
Complementares	68	27
Carga Horária Total	116	75

Apêndices:

A-I - Estrutura Curricular

A-II - CGERD RJ (Cronograma de Estudos)

A-III – CGERD SP (Cronograma de Estudos)

A-IV - CGERD RJ (Plano de Disciplinas)

A-V - CGERD SP (Plano de Disciplinas)

APÊNDICE AI

ESTRUTURA CURRICULAR

ESTRUTURA CURRICULAR CGERD RJ

DISCIPLINAS	UNIDADES DE ESTUDO		CH	RESPONSÁVEIS	CH/Disc
(1) CONCEITOS BÁSICOS	1.001	Conceitos Fundamentais e Poder Nacional	3	DFPG	3
(2) RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2.001	Segurança e Conflitos no Século XXI (Panorama Mundial)	3	DAGRI/CEEMCF	3
(3) GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA	3.001	Estrutura para a Defesa Nacional do Ministério da Defesa	3	DAP	21
	3.002	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos da MB	3	DACTEC (EMA)	
	3.003	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos da EB	3	DACTEC (EME)	
	3.004	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos da FAB	3	DACTEC (EMAer)	
	3.005	Orçamento para a Defesa	3	DAE (SEORI/MD)	
	3.006	Atualidades no Setor Industrial	3	DACTEC (Federações)	
	3.007	Fomentos do Setor Industrial	3	DACTEC	
(4) DESENVOLVIMENTO NACIONAL	4.001	Perspectivas para a Economia Brasileira	3	DAE	12
	4.002	Ciência, Tecnologia & Inovação - Fomentos do Setor Industrial e Política de Conteúdo Local	6	DACTEC (BNDES/FINEP)	
	4.003	Segurança e Defesa Cibernética	3	DACTEc(ComDCiber)	
(5) INDÚSTRIA DE DEFESA	5.001	A Secretaria de Produtos de Defesa do MD	3	DACTEC (SEPROD/MD)	9
	5.002	Organização, Características e Desenvolvimento de Produtos de Defesa	3	DACTEC (COMDEFESA/FIRJAN)	
	5.003	Ciclo de Vida e Catalogação de Produtos de Defesa	3	DACTEC (CASLODE/MD)	
(6) VIAGENS DE ESTUDOS (VG) E	6.001	Desenvolvimento em Área Específica	13 – 2 VE 53 – 01VG e 02VE	DACTEC	13/53

VISITAS DE ESTUDOS (VE)					
-------------------------	--	--	--	--	--

QUADRO GERAL	FEDERAÇÃO		FIRJAN
	CARGA HORÁRIA DE ESTUDOS (h/a)		46 / 46
	Atividades Complementares de Estudo		CH (h/a)
	Viagem e Visitas de Estudos		13/53
	Administração, Dinâmica Pedagógica e Solenidades de Abertura e Encerramento		15 / 15
	Total		74 / 114
	Carga Horária de Estudos		46/46
	Atividades Complementares de Estudo		28/68
	Total		74/114

ESTRUTURA CURRICULAR DO CGERDSP

DISCIPLINAS	UNIDADES DE ESTUDO		CH	RESPONSÁVEIS	CH/Disc.
(1) CONCEITOS BÁSICOS	1.001	Conceitos Fundamentais e Poder Nacional	4	DFPG	8
	1.002	Governança em Defesa	2	DACTEC(ASPLAN/MD)	
	1.003	Planejamento Baseado em Capacidades (PBC)	2	DACTEC(APC/MD)	
(2) RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2.001	Geopolítica	6	DACTEC (IME)	14
	2.002	Comércio Internacional e Promoção Comercial	8	DACTEC (FIESP)	
(3) GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA	3.001	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos da MB	2	DACTEC (EMA)	20
	3.002	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos do EB	2	DACTEC (EME)	
	3.003	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos da FAB	2	DACTEC (EMAer)	
	3.004	Orçamento para a Defesa	2	DAE	
	3.005	Economia de defesa	4	DAE	
	3.006	Fomentos do Setor Industrial e Política de Conteúdo Local	8	DACTEC (BNDES, FINEP, EMBRAPPII)	
(4) DESENVOLVIMENTO NACIONAL	4.001	Ciência Tecnologia e Inovação na Defesa	2	DACTEC(SEPROD/MD)	6
	4.002	Segurança e Defesa Cibernética	4	DACTec(ComDCiber)	
(5) INDÚSTRIA DE DEFESA	5.001	A Secretaria de Produtos de Defesa do MD	4	DACTEC(SEPROD/MD)	10
	5.002	Características e Desenvolvimento de Produtos de Defesa	4	DACTEC (COMDEFESA/FIESP e ABIMDE)	

	5.003	Ciclo de Vida e Catalogação de Produtos de Defesa	2	DACTEC (CASLODE/MD)	
(6) VIAGENS DE ESTUDOS (VG) E VISITAS DE ESTUDOS (VE)	6.001	Desenvolvimento em Área Específica	84 2VG e 1VE	DACTEC	84

QUADRO GERAL	FEDERAÇÃO		FIESP
	CARGA HORÁRIA DE ESTUDOS (h/a)		58
	Atividades Complementares de Estudo		CH (h/a)
	Viagem e Visitas de Estudos		84
	Administração, Dinâmica Pedagógica e Solenidades de Abertura e Encerramento		14
	Total		98
	CARGA HORÁRIA TOTAL (h/a)		
	Carga Horária de Estudos		58
	Atividades Complementares de Estudo		98
	Total		156

APÊNDICE AII

CRONOGRAMA DE ESTUDOS CGERD RJ

CRONOGRAMA CGERD RJ

Semana	Data	Atividade	Palestrante/Responsável	Período
SEMANA 01	08/06/2026	Medidas Administrativas	Diretor do Curso	08:00h – 09:50h
		Dinâmica pedagógica	ASPIAvE	10:10h – 11:00h
		Cerimônia de Abertura	Cmdo ESG	11:10h – 12:00h
		Assuntos da atualidade / Geopolítica	CEEMCF	13:10h – 16:00h
	09/06/2026	Conceitos Básicos e Poder Nacional	DAPS	08:00h – 12:00h
		Breve histórico da Defesa Nacional	DAP	13:10h – 16:00h
	10/06/2026	Economia de Defesa	DAE	08:00h – 11:30h
		Orçamento para a Defesa	SEORI	13:10h – 16:00h
	11/06/2026	Estrutura para a Defesa Nacional – EB	EME/EPEX	08:00h – 12:00h
		Estrutura para a Defesa Nacional – MB	EMA	13:10h – 16:00h
SEMANA 02	12/06/2026	Estrutura para a Defesa Nacional – FAB	EMAER	08:00h – 12:00h
	15/06/2026	Palestra e Vista às Instalações do CASLODE	CASLODE	08:00h – 11:30h
		A Secretaria de Produtos de Defesa	SEPROD	13:10h – 16:00h
	16/06/2026	Visita ao PROSUB	PROSUB	08:00h – 16:00h
	17/06/2026	Política de Conteúdo Local do BNDES: aplicação na BID	BNDES	08:00h – 12:00h
		Política de Conteúdo Local da FINEP: aplicação na BID	FINEP	13:10h – 16:00h
	18/06/2026	Didática Pedagógica de Encerramento	ASPIAvE	08:00h – 12:00h
		Palestras FIRJAN	FIRJAN	13:10h – 16:00h
	19/06/2026	Medidas Administrativas e treinamento para a Cerimônia de Encerramento	Diretor do Curso	08:00h – 09:50h
		Cerimônia de Encerramento	Cmdo ESG	10:30h – 12:00h

APÊNDICE AIII

CRONOGRAMA DE ESTUDOS CGERD SP

SEMANA	DATA	ATIVIDADE	PALESTRANTE/Responsável	Período	LOCAL
1	11/08/2026	Reunião Inicial	Diretor do CGERD	09:00 – 10:50	FIESP
		Reunião Pedagógica	ESG - AsPIAvE	11:00 – 12:20	FIESP
	12/08/2026	Medidas Administrativas	Adjunto do Diretor do CGERD	09:00 – 12:20	FIESP
		Cerimônia de Abertura e	FIESP/ESG		
		Aula Magna: tema geopolítica	ESG - DACTec		
	13/08/2026	Panorama geopolítico mundial	ESG - DACTec	09:00 – 12:20	FIESP
	14/08/2026	Medidas iniciais EAD	ESG - CEAD	09:00 – 12:20	FIESP
2	18/08/2026	Características e Desenvolvimento de Produtos de Defesa	FIESP	09:00 – 12:20	FIESP
	19/08/2026	Governança em Defesa	ASPLAN - MD	09:00 – 10:30	FIESP
		Estrutura para a Defesa Nacional – MB	EMA	10:50 – 12:20	
	20/08/2026	Estrutura para a Defesa Nacional – EB	EME	09:00 – 10:30	FIESP
		Estrutura para a Defesa Nacional – FAB	EMAer	10:50 – 12:20	
3	25/08/2026	Conceitos Básicos e Fundamentos do Poder Nacional	ESG - DFPG	09:00 – 12:20	Aula Remota
	26/08/2026	Planejamento Baseado em Capacidades (PBC)	Ministério da Defesa - EMCFA/APBC	09:00 – 10:30	Aula Remota
		Economia de Defesa	ESG - DAE	10:50 – 12:20	Aula Remota
	27/08/2026	Economia de Defesa	ESG - DAE	09:00 – 10:30	Aula Remota
		Orçamento para a Defesa	ESG - DAE	10:50 – 12:20	

4	31/08/2026	Viagem à Sorocaba, Campinas, Taubaté; e São José dos Campos;	Deslocamento de ônibus para Sorocaba	07:15 – 10:00	VG ESTADO SP	
			Visita à Aramar	10:00 – 16:00	VG ESTADO SP	
			Deslocamento de ônibus para Campinas	16:00 – 18:00	VG ESTADO SP	
	01/09/2026			Visita ao LNLS	09:00 – 15:00	VG ESTADO SP
				Deslocamento de ônibus para São José dos Campos	15:10 – 18:00	VG ESTADO SP
	02/09/2026			Deslocamento de ônibus para Taubaté	09:00 – 09:50	VG ESTADO SP
				Visita ao Comando de Aviação do Exército - CAVEx	10:00 – 15:30	VG ESTADO SP
				Deslocamento de ônibus para São José dos Campos	15:00 – 16:15	VG ESTADO SP
				03/09/2026	Visita à EMBRAER	09:00 – 15:00
	Visita Parque de Inovação Tecnológica				09:00 – 12:20	VG ESTADO SP
	04/09/2026				Visita DCTA	14:00 – 17:00
				Retorno de ônibus para São Paulo/SP	17:30 – 19:30	VG ESTADO SP
5	08/09/2026	A Secretaria de Produtos de Defesa		Ministério da Defesa - SEPROD	09:00 – 12:20	FIESP
	09/09/2026	Ciência Tecnologia e Inovação na Defesa		Ministério da Defesa - DECTI/SEPROD	09:00 – 10:30	FIESP
		Ciclo de Vida e Catalogação de PRODE		Ministério da Defesa - CASLODE	10:50 – 12:20	
	10/09/2026	Defesa e Segurança Cibernética	ComDCiber	09:00 – 12:20	FIESP	

6	15/09/2026	Política de Conteúdo Local do BNDES: aplicação na BID	BNDES	09:00 – 12:20	FIESP
	16/09/2026	Visita CTMSP	ESG - DACTec	09:00 – 10:30	CTMSP
	17/09/2026	Política de Conteúdo Local da FINEP	FINEP	09:00 – 10:30	FIESP
		Política de Conteúdo Local da EMBRAPII	EMBRAPII	10:50 – 12:20	
7	21/09/2026	Viagem ao Rio de Janeiro	Deslocamento de ônibus para o Rio de Janeiro	08:00 – 15:00	VG ESTADO RJ
	22/09/2026		Visita ao CTEx	08:00 – 15:00	VG ESTADO RJ
	23/09/2026		Visita à ESG	08:00 – 14:00	VG ESTADO RJ
	24/09/2026		Visita ao PROSUB	08:00 – 15:00	VG ESTADO RJ
	25/09/2026		Visita ao CGNA	08:30 – 11:30	VG ESTADO RJ
			Deslocamento de ônibus para São Paulo	12:30 – 20:00	VG ESTADO RJ
8	29/09/2026	Promoção Comercial de Produtos de Defesa	FIESP – Workshop com participação dos Adidos	09:00 – 12:20	FIESP
	30/09/2026	Promoção Comercial de Produtos de Defesa	FIESP – Workshop com participação dos Adidos	09:00 – 12:20	FIESP
	01/10/2026	Reunião Pedagógica	ESG - AsPIAvE	09:00 – 10:30	FIESP
		Medidas Administrativas	Adjunto do Diretor do CGERD	10:50 – 12:20	
		Encerramento do Curso	FIESP/ESG	14:00 – 19:30	

APÊNDICE AIV

PLANO DE DISCIPLINAS CGERD RJ

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA RJ
PLANO DE DISCIPLINA - 2026

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
CONCEITOS BÁSICOS E PODER NACIONAL		DFPG		CBPN	4 h/a
EMENTA: A Disciplina inclui os seguintes conteúdos: Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Política Nacional, Estratégia Nacional e princípios de planejamento estratégico.					
OBJETIVO GERAL: Conhecer os conceitos fundamentais sobre Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Política Nacional e Estratégia Nacional.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
1.001	03	Conceitos Fundamentais	Identificar as principais características dos Objetivos Nacionais, do Poder Nacional, da Política Nacional e da Estratégia Nacional, com vistas ao desenvolvimento de um planejamento estratégico.	Objetivos Nacionais Fundamentais; Objetivos de Estado e de Governo; Conceitos de Poder; Poder Nacional: Expressões, Fundamentos, Fatores, Organizações e Funções; Política e Poder; Política e Ética; Política Nacional de Estado e de Governo; Evolução da Estratégia; Óbices; Ações Estratégicas; e Áreas Estratégicas.	
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: O conteúdo será desenvolvido por meio de palestra e debate.					

AVALIAÇÃO: Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizado utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.

REFERÊNCIAS:

1. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Teoria do Poder*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992
2. BARROS, Vinícius Soares de Campos. *Introdução a Maquiavel: uma Teoria do Estado ou uma Teoria do Poder?* Ed. Edicamp – 2004.
3. CHOMSKY, Noam. *Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky*. Bertrand. Brasil. 2005
4. BANHA, Paulo da Motta. *Origem e Evolução do Pensamento Estratégico* (1S 107/97). Rio de Janeiro: ESG, 1997
5. ARRUDA, Antonio de. *A Escola Superior de Guerra: História de sua Doutrina*. 2. Ed. São Paulo: GRD; Brasília; INL, 1983, 3600.
6. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), Manual Básico – Vol. I e II - *Elementos Fundamentais*. Rio de Janeiro; ESG, 2014.

**ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA RJ
PLANO DE DISCIPLINA - 2026**

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DAGRI		RI	3 h/a
EMENTA: A Disciplina inclui estudos sobre segurança e conflitos no século XXI e Política externa brasileira na área comercial de defesa.					
OBJETIVO GERAL: Conhecer as principais ameaças à Segurança Internacional e compreender a política externa brasileira, principalmente, as ações voltadas para a área comercial de defesa.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
2.001	03	Segurança e Conflitos no Século XXI	Conhecer as novas modalidades de ameaça que circunscrevem o cenário mundial contemporâneo.	Elementos teóricos da guerra assimétrica de quarta geração; O terrorismo e a nova matriz de segurança nacional dos EUA; e O papel das potências regionais na construção de uma ordem mundial multipolar.	
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: O conteúdo será desenvolvido por meio de conferências.					

AVALIAÇÃO: Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.

REFERÊNCIAS:

1. HUNTINGTON, Samuel. Who are we? The challenges to America's national identity. New York, Simon& Shuster, 2004
2. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era de gigantes. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.
3. Informações contidas nos sites: www.mre.gov.br; www.youtube.com/mrebrasil; e www.brasileirosnomundo.mre.gov.br.
4. BLOUET, Brian W.: "Geopolitics And Globalization In The Twentieth Century". Chicago: Reaktion Books-Globalities, 2004.
5. BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. Regions and powers: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
6. DEMKO, George J. & WOOD, William B.: "Reordering the world: geopolitical perspectives on the 21st century". boulder: westview press, 1999.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA RJ
PLANO DE DISCIPLINA – 2026

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA		DACTec		GERD	18 h/a
EMENTA A disciplina inclui estudos sobre a estrutura para a Defesa Nacional; o suporte jurídico para a contratação de Produtos de Defesa (PRODE); o orçamento para a Defesa; as áreas de interesse estratégico: defesa cibernética; os Programas e Projetos Estratégicos das Forças Armadas ligados ou de interesse da Base Industrial de Defesa (BID); e o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC).					
OBJETIVO GERAL Conhecer os principais temas relacionados com a Gestão de Recursos de Defesa.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
3.001	3	Estrutura para a Defesa Nacional do Ministério da Defesa	Conhecer os conceitos sobre Segurança e Defesa Nacionais e as suas relações com o desenvolvimento nacional, bem como a estrutura organizacional para a Defesa nacional. Identificar o Sistema de Defesa Nacional.	- Sistema de Defesa Nacional; - Abrangência e níveis de segurança; - Conceito de Segurança e Defesa nacionais; - Desenvolvimento e segurança: inter-relações; e - Organização das Forças Armadas.	
3.002	4	Estrutura de Defesa da Marinha do Brasil	Apresentar os Interesses do Brasil no Domínio Marítimo e Fluvial. Apresenta a Marinha do Brasil, seu Emprego e os seus principais Projetos Estratégicos.	- Características e peculiaridades da Marinha do Brasil e seu emprego; - Apresentação dos Projetos estratégicos; e - Repercussões para a indústria de Defesa.	

3.003	4	Estrutura de Defesa do Exército Brasileiro	Apresentar a missão, o emprego e os principais Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro de interesse da Base Industrial de Defesa.	- Características e peculiaridades do Exército Brasileiro e seu emprego; - Apresentação dos Projetos estratégicos; e - Repercussões para a indústria de Defesa.
3.004	4	Estrutura de Defesa da Força Aérea Brasileira	Apresentar a missão, o emprego e os principais Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira de interesse da Base Industrial de Defesa.	- Características e peculiaridades da Força Aérea Brasileira e seu emprego; - Apresentação dos Projetos estratégicos; e - Repercussões para a indústria de Defesa.
3.005	3	Orçamento para a Defesa	Identificar as perspectivas orçamentárias da Defesa, os gastos com custeio e investimento das FA, as possibilidades de emprego dos fundos setoriais na área de Defesa e as prioridades existentes para investimento.	- Orçamento da Defesa; - Lei de Orçamento Anual (LOA); - Custeio e investimento das FA; - Fundos setoriais para projetos e investimentos na área de Defesa; - Indicadores do PIB em relação à Defesa; e - Prioridades existentes para investimento.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

O conteúdo será desenvolvido por meio de conferências, palestras e painéis.

AValiação

Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.

REFERÊNCIAS

1. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico - Elementos Fundamentais - Vol I*. Rio de Janeiro: ESG, 2014.
2. PLANO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Ministério da Ciência e Tecnologia, www.mct.gov.br
3. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, Plano de Ação do MCT para 2007-2010, www.mct.gov.br
4. DOLCE, Julio. As Novas Fronteiras de um Mundo Plano, Revista da ESG 2005
5. FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra, 2000
6. MAGALHÃES, J. P. Nova Estratégia de desenvolvimento para o Brasil. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2005, 215 pág.
7. CHANG, H. J. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Ed. Unesp, 2004, 267 pág.
8. BRASIL. Lei Complementar número 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar número 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe

- sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.
9. Decreto número 3.897, de 16 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da Ordem e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.
 10. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988;
 11. Decreto 7364, de 23 de novembro de 2010. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa e dá outras providências. Brasília, 2010.
 12. Ministério da Defesa. Portaria nº 142/MD de 25 de janeiro de 2008. Aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MD. Brasília, 2008.
 13. Diretriz Ministerial nº 04/2001 (Atuação das Forças Armadas em Ações de Defesa Civil). Brasília, 2001.
 14. Estratégia Militar de Defesa (MD51-M-03), 2ª edição, Brasília, 2006 (Confidencial).
 15. Decreto número 7276, de 25 de agosto de 2010. Estrutura Militar de Defesa, 1ª edição, Brasília, 2010.
 16. Estado-Maior da Armada. Doutrina Básica da Marinha (EMA-305). Brasília, 2004.
 17. Estado-Maior da Aeronáutica. Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1). Brasília, 2005.
 18. Estado-Maior de Exército. Manual de Campanha do Exército – Operações (C100-5) Brasília, 1997.
 19. Manual de Campanha do Exército – Estratégia (C124-1) Brasília, 3ª edição, 2001.
 20. Estado-Maior das Forças Armadas. Decreto Reservado nº 8, de 17 de janeiro de 1980 e suas alterações. Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra (FA-E-02/80). Brasília, 1980 (RESERVADO).
 21. AMARANTE, José Carlos. O Vôo da Humanidade e 101 tecnologias que mudaram a face da Terra. Rio de Janeiro: Ed BIBLIEX, 2009.
 22. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação – PACTI 2007-2010. Documento Síntese. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em: 24 Ago 2011.
 23. _____. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 02 Ago 2012.
 24. _____. Ministério da Defesa. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional. Brasília, DF, 2004. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/Portarias/1317_2004.pdf>. Acesso em: 29 Jan 2012.
 25. FERREIRA, Flávio Soares. A estrutura organizacional da Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas: avaliação e perspectivas: monografia, ESG, 2007.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA RJ
PLANO DE DISCIPLINA - 2026

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
DESENVOLVIMENTO NACIONAL		DACTec, DAE e DAP.		DN	47 h/a
EMENTA A disciplina inclui estudos sobre as perspectivas para a economia brasileira; ciência, tecnologia e inovação voltadas para a Defesa; a situação do planejamento governamental no Brasil; e programas relacionados com visitas a áreas específicas da Defesa.					
OBJETIVO GERAL Conhecer as perspectivas para o desenvolvimento nacional e, por conseguinte, para a defesa do Estado.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
4.001	3	Perspectivas para a Economia Brasileira	Analisar a evolução recente da economia brasileira e as perspectivas que se apresentam, enfatizando em que medida a atual política econômica favorece o desenvolvimento e a influência na defesa do Estado.	Principais características do crescimento econômico brasileiro recente: - o nível de atividade econômica e o padrão de crescimento recente; - a política fiscal e a dívida pública: instrumentos, conquistas e desafios para o Brasil; - a política monetária e inflação: instrumentos, operacionalização e canais de transmissão; - o regime de metas de Inflação no Brasil; e - a política Cambial e o setor externo. Panorama internacional e seus impactos no Brasil; e A atividade industrial e perspectivas atuais.	

4.002	8	Ciência, Tecnologia e Inovação	Descrever e caracterizar a Ciência, a Tecnologia e a Inovação como fatores de desenvolvimento e os interesses brasileiros no competitivo mercado internacional na área da Indústria de Defesa.	- Situação atual da CT&I no Brasil voltada para a Indústria de Defesa (realizações, óbices e perspectivas); - Oportunidades existentes no setor; e - Política Nacional de CT&I e as estratégias para efetivá-la (FINEP e BNDES).
4.003	36	Desenvolvimento em Área Específica	Conhecer os principais Centros Tecnológicos das Forças Armadas e empresas e empreendimentos relacionados com a BID.	- Situação de projetos de CT&I existentes nos Centros Tecnológicos das FA; e - Situação dos investimentos e dos projetos desenvolvidos em conjunto com as empresas.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

O conteúdo será desenvolvido por meio de conferências, palestras, painéis e visitas de estudo.

AValiação

Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.

REFERÊNCIAS

1. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), *Manual Básico – Vol I - Elementos Fundamentais - Vol I*. Rio de Janeiro: ESG, 2014.
2. PLANO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Ministério da Ciência e Tecnologia, www.mct.gov.br
3. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, Plano de Ação do MCT para 2007-2010, www.mct.gov.br
4. DOLCE, Julio. As Novas Fronteiras de um Mundo Plano, Revista da ESG 2005
5. FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra, 2000
6. MAGALHÃES, J. P. Nova Estratégia de desenvolvimento para o Brasil. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2005, 215 pág.
7. CHANG, H. J. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Ed. Unesp, 2004, 267 pág.
8. GREMAUD A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR R. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
9. Boletim de Conjuntura Econômica IE/UFRJ
10. KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD M. Economia internacional, teoria e política. São Paulo: Makron Books, 2001.
11. CARDIM, F. C. et.al. Economia monetária e financeira, teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
12. LEGISLAÇÃO E INFORMAÇÕES contidas nos sites www.antt.gov.br e www.transportes.gov.br

13. ARRUDA, Antonio de. A Escola Superior de Guerra: História de seus Fundamentos. 2. Ed. São Paulo: GRD; Brasília; INL, 1983, 306 p.
14. AMARANTE, José Carlos. O Vôo da Humanidade e 101 tecnologias que mudaram a face da Terra. Rio de Janeiro: Ed BIBLIX, 2009.
15. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação – PACTI 2007-2010. Documento Síntese. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em: 24 Ago 2011.
16. . Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 02 Ago 2012.
17. _____. Ministério da Defesa. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional. Brasília, DF, 2004. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/Portarias/1317_2004.pdf>. Acesso em: 29 Jan 2012.
18. DOLCE, Julio. As Novas Fronteiras de um Mundo Plano. Revista da ESG, Rio de Janeiro, RJ, 2005.
19. FERREIRA, Flávio Soares. A estrutura organizacional da Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas: avaliação e perspectivas: monografia, ESG, 2007.
20. PLANO BRASIL MAIOR, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, www.brasilmaior.mdic.gov.br/

**ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA RJ
PLANO DE DISCIPLINA - 2026**

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
INDÚSTRIA DE DEFESA		DACTec		ID	10 h/a
EMENTA A disciplina inclui estudos sobre a Base Industrial de Defesa.					
OBJETIVO GERAL Reconhecer a importância do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) para a defesa do Estado.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
5.001	4	Secretaria de Produtos de Defesa	Apresentar os fundamentos e conceitos de uma BID, bem como o papel da SEPROD como órgão fomentador da BID	- Mobilização da BID; - Características da Indústria de Defesa; - Estatísticas e Mapeamento da BID; - Gargalos; - Planejamento Estratégico da SEPROD; - Principais empresas da BID.	

5.002	3	Organização, Características e Desenvolvimento de Produtos de Defesa	Conhecer a situação da indústria nacional de defesa; Mostrar dificuldades, lições e estratégias desse ramo de negócio; e Mostrar oportunidades de negócio existentes nas Forças Armadas com o advento da END, PDN e outras legislações correlatas. Conhecer e compreender a importância da Base Industrial de Defesa para o desenvolvimento e defesa do Brasil. Conhecer e explorar casos de sucesso de empresas da BID nos temas relacionados com: inserção e conquista de mercado externo; contrapartida tecnológica /industrial e Offset; e desenvolvimento e inovação de produtos em parceria com os Centros Tecnológicos das FA.	- Potencial do Brasil diante do mundo atual; - A questão da dissuasão; - Mercado interno e externo de material de defesa; - Posição do Brasil em relação ao mundo no quesito material das FA; - Conquistas nacionais do setor e da indústria de defesa; e dificuldades e lições desse ramo de negócio; - Interação entre Governo, Indústrias e Universidades/Centros de Pesquisa; - Continuidade no aporte de recursos; - Visão prospectiva e planejamento – metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazos; e - Aplicação dual.
5.003	3	Ciclo de Vida e Catalogação de Produtos de Defesa	Conhecer a Mobilização, Interoperabilidade e Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas e Produtos de Defesa	- Documentos condicantes; - Áreas de atuação; - Catalogação “ O DNA da Logística”

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

O conteúdo será desenvolvido por meio de conferência.

AValiação

Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.

REFERÊNCIAS

1. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual Básico Vol I e II, Rio de Janeiro, RJ, 2014.
2. FERREIRA, Flávio Soares. A estrutura organizacional da Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas: avaliação e perspectivas. Monografia, ESG, Rio de Janeiro, RJ, 2007.
3. LONGO, Waldimir Pirró e. Conceitos Básicos sobre Ciência e Tecnologia. In: LONGO, Waldimir Pirró e. Ciência e Tecnologia: alguns aspectos teóricos. rev. atual. Rio de Janeiro: ESG, 2004 (LS 19-87). Disponível em: <<http://www.waldimir.longo.nom.br/publicacoes.html>>.

Acesso em: 12 ago 2011.

4. LONGO, Waldimir Pirró e. Tecnologia e Soberania Nacional. São Paulo: Ed. Nobel e Promocet, 1984.
5. _____; MOREIRA, W.S. Contornando o Cerceamento Tecnológico. Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas, p. 309-321, SVARTMAN, E.M. (Org.). Campinas, SP: Ed. Mercado de Letras, 2010. Disponível em: <<http://www.walimir.longo.nom.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 06 maio 2011.
6. MERQUIOR, Douglas Marcelo. Ciência, tecnologia e inovação como pilares para a soberania nacional. Monografia, ESG, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
7. _____. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 02 Ago 2012.
8. BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 899, de 19 Jul 2005 - Aprovação da Política Nacional da Indústria de Defesa. Brasília, DF: 2005; e
9. BRASIL. Lei Nr 12.598, de 22 de março de 2012 - Estabelece Normas Especiais para as Compras, as Contratações e o Desenvolvimento de Produtos e de Sistemas de Defesa.

APÊNDICE AV

PLANO DE DISCIPLINAS CGERD SP

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA
PLANO DE DISCIPLINA - 2026

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
CONCEITOS BÁSICOS		DACTEC e DFPG		CBPN	8h/a
EMENTA: A Disciplina inclui os seguintes conteúdos: Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Política Nacional, Estratégia Nacional e princípios de planejamento estratégico.					
OBJETIVO GERAL: Conhecer os conceitos fundamentais sobre Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Política Nacional e Estratégia Nacional.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
1.001	04	Conceitos Fundamentais	Identificar as principais características dos Objetivos Nacionais, do Poder Nacional, da Política Nacional e da Estratégia Nacional, com vistas ao desenvolvimento de um planejamento estratégico.	Objetivos Nacionais Fundamentais; Objetivos de Estado e de Governo; Conceitos de Poder; Poder Nacional: Expressões, Fundamentos, Fatores, Organizações e Funções; Política e Poder; Política e Ética; Política Nacional de Estado e de Governo; Evolução da Estratégia; Óbices; Ações Estratégicas; e Áreas Estratégicas.	
1.002	02	Governança em Defesa	Analisar os princípios e mecanismos de governança aplicados à gestão de recursos e operações de defesa nacional, identificando responsabilidades institucionais e instrumentos de controle estratégico.	Conceito de Governança Corporativa aplicada à Defesa; Órgãos colegiados de controle externo (TCU, Congresso Nacional); Planejamento plurianual da Defesa (PPA, LOA Defesa); Sistemas de acompanhamento de programas	

				estratégicos; Governança das Forças Singulares e Conjuntas; Indicadores de gestão estratégica em defesa; Auditoria interna e externa em organizações militares; Compliance e ética na gestão pública de defesa; e Maturidade em governança (modelos de avaliação).
1.003	02	Planejamento Baseado em Capacidades	Compreender o ciclo de planejamento por capacidades na Defesa, identificando lacunas, priorização de investimentos e articulação com a Estratégia Nacional de Defesa.	Conceito de Planejamento por Capacidades; Nível Estratégico (END, EMPD); Nível Tático-Operacional (PPA, Programas Força); Priorização de capacidades essenciais; Custo-Efetividade em aquisições de defesa; Ciclo de Desenvolvimento de Capacidade; Integração Interministerial e Interforças; Indicadores de maturidade de capacidade; e Avaliação de riscos estratégicos.
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: O conteúdo será desenvolvido por meio de palestra e debate.				
AValiação: Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizado utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.				
REFERÊNCIAS: 1. ARRUDA, Antonio de. <i>A Escola Superior de Guerra: História de sua Doutrina</i> . 2. Ed. São Paulo: GRD; Brasília; INL, 1983, 3600. 2. BANHA, Paulo da Motta. <i>Origem e Evolução do Pensamento Estratégico</i> (1S 107/97). Rio de Janeiro: ESG, 1997 3. BARROS, Vinícius Soares de Campos. <i>Introdução a Maquiavel: uma Teoria do Estado ou uma Teoria do Poder?</i> Ed. Edicamp – 2004. 4. BRASIL. Lei Complementar número 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar número 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe				

- sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.
5. CHOMSKY. Noam. *Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky*. Bertrand. Brasil. 2005
 6. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988;
 7. Decreto 7364, de 23 de novembro de 2010. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa e dá outras providências. Brasília, 2010.
 8. Decreto número 3.897, de 16 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da Ordem e dá outras providências. Brasília. DF, 2001.
 9. Decreto número 7276, de 25 de agosto de 2010. Estrutura Militar de Defesa, 1ª edição, Brasília, 2010.
 10. Diretriz Ministerial nº 04/2001 (Atuação das Forças Armadas em Ações de Defesa Civil). Brasília, 2001.
 11. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), Manual Básico – Vol. I e II - *Elementos Fundamentais*. Rio de Janeiro; ESG, 2014.
 12. Estado-Maior da Aeronáutica. Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1). Brasília, 2005.
 13. Estado-Maior da Armada. Doutrina Básica da Marinha (EMA-305). Brasília, 2004.
 14. Estado-Maior de Exército. Manual de Campanha do Exército – Operações (C100-5) Brasília, 1997.
 15. Estratégia Militar de Defesa (MD51-M-03), 2ª edição, Brasília, 2006 (Confidencial).
 16. Manual de Campanha do Exército – Estratégia (C124-1) Brasília, 3ª edição, 2001.
 17. Ministério da Defesa. Portaria nº 142/MD de 25 de janeiro de 2008. Aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MD. Brasília, 2008.
 18. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Teoria do Poder*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA
PLANO DE DISCIPLINA - 2023

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DAGRI		RI	14 h/a
EMENTA: A Disciplina inclui estudos sobre segurança e conflitos no século XXI e Política externa brasileira na área comercial de defesa.					
OBJETIVO GERAL: Conhecer as principais ameaças à Segurança Internacional e compreender a política externa brasileira, principalmente, as ações voltadas para a área comercial de defesa.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
2.001	06	Geopolítica	Conhecer as novas modalidades de ameaça que circunscrevem o cenário mundial contemporâneo.	-Elementos teóricos da guerra assimétrica; - O terrorismo e a nova matriz de segurança nacional dos EUA; e - O papel das potências regionais na construção de uma ordem mundial multipolar.	
2.002	08	Comércio Internacional e Promoção Comercial	Analisar as dinâmicas do comércio global sob a ótica da segurança e defesa, compreendendo como as instituições multilaterais e os blocos econômicos impactam o fluxo de tecnologias sensíveis e produtos de defesa. Avaliar as estratégias de promoção comercial voltadas para a Base Industrial de Defesa (BID), focando na inserção das empresas nacionais em	- Geopolítica do Comércio de Defesa: O papel da OMC e dos regimes internacionais de controle de exportação de tecnologias sensíveis e de uso dual. - Inserção da BID no Mercado Global: Desafios e oportunidades para a exportação de produtos de defesa brasileiros e a competitividade frente às grandes potências. - Diplomacia e Promoção Comercial de Defesa: A atuação conjunta do Itamaraty, ApexBrasil e	

			cadeias globais de valor e na superação de barreiras protecionistas internacionais.	Ministério da Defesa na abertura de mercados estratégicos. - Barreiras e Defesa Comercial no Setor de Defesa: Impacto das normas internacionais, certificações e barreiras não-tarifárias na autonomia industrial brasileira. - Cadeias Globais de Valor e Soberania: A dependência de componentes críticos externos e as estratégias de fomento para o fortalecimento da indústria nacional.
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: O conteúdo será desenvolvido por meio de conferências.				
AVALIAÇÃO: Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.				
REFERÊNCIAS: 1. AMARAL, R. Q. Comércio internacional e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 2. BLOUET, Brian W.: “Geopolitics And Globalization In The Twentieth Century”. Chicago: Reaktion Books-Globalities, 2004. 3. BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. 3. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. 4. BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. Regions and powers: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 5. CERVO, A. L.; LESSA, A. C. História da política exterior do Brasil. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2020. 6. DEMKO, George J. & WOOD, William B.: “Reordering the world: geopolitical perspectives on the 21st century”. boulder: westview press, 1999. 7. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era de gigantes. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006. 8. HUNTINGTON, Samuel. Who are we? The challenges to America’s national identity. New York, Simon& Shuster, 2004 9. Informações contidas nos sites: www.mre.gov.br; www.youtube.com/mrebrasil; e www.brasileirosnomundo.mre.gov.br.				

10. MORAES, R. F. de. A Base Industrial de Defesa no Brasil: uma análise das políticas públicas e dos principais projetos. Brasília: IPEA, 2022.
11. VISENTINI, P. G. F. Relações internacionais do Brasil: do regime militar à globalização. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA
PLANO DE DISCIPLINA - 2023

DISCIPLINA	COORDENADOR DE DISCIPLINA	CÓDIGO	CH
GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA	DACTec e DAE	GERD	20 h/a

EMENTA

A disciplina inclui estudos sobre a estrutura para a Defesa Nacional; o suporte jurídico para a contratação de Produtos de Defesa (PRODE); o orçamento para a Defesa; as áreas de interesse estratégico: defesa cibernética; os Programas e Projetos Estratégicos das Forças Armadas ligados ou de interesse da Base Industrial de Defesa (BID); e o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC).

OBJETIVO GERAL

Conhecer os principais temas relacionados com a Gestão de Recursos de Defesa.

UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático
3.001	2	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil	Apresentar os Interesses do Brasil no Domínio Marítimo e Fluvial. Apresenta a Marinha do Brasil, seu Emprego e os seus principais Projetos Estratégicos.	- Características e peculiaridades da Marinha do Brasil e seu emprego; - Apresentação dos Projetos estratégicos; e - Repercussões para a indústria de Defesa.
3.002	2	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro	Apresentar a missão, o emprego e os principais Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro de interesse da Base Industrial de Defesa.	- Características e peculiaridades do Exército Brasileiro e seu emprego; - Apresentação dos Projetos estratégicos; e - Repercussões para a indústria de Defesa.
3.003	2	Estrutura para a Defesa Nacional / Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira	Apresentar a missão, o emprego e os principais Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira de interesse da Base Industrial de Defesa.	- Características e peculiaridades da Força Aérea Brasileira e seu emprego; - Apresentação dos Projetos estratégicos; e - Repercussões para a indústria de Defesa.

3.004	2	Orçamento para a Defesa	Identificar as perspectivas orçamentárias da Defesa, os gastos com custeio e investimento das FA, as possibilidades de emprego dos fundos setoriais na área de Defesa e as prioridades existentes para investimento.	- Orçamento da Defesa; - Lei de Orçamento Anual (LOA); - Custeio e investimento das FA; - Fundos setoriais para projetos e investimentos na área de Defesa; - Indicadores do PIB em relação à Defesa; e - Prioridades existentes para investimento.
3.005	4	Economia de Defesa	Analisar a evolução recente da economia brasileira e as perspectivas que se apresentam, enfatizando em que medida a atual política econômica favorece o desenvolvimento e a influência na defesa do Estado.	Principais características do crescimento econômico brasileiro recente: - o nível de atividade econômica e o padrão de crescimento recente; - a política fiscal e a dívida pública: instrumentos, conquistas e desafios para o Brasil; - a política monetária e inflação: instrumentos, operacionalização e canais de transmissão; - o regime de metas de Inflação no Brasil; e - a política Cambial e o setor externo. Panorama internacional e seus impactos no Brasil; e A atividade industrial e perspectivas atuais.
3.006	8	Fomentos do Setor Industrial e Política de Conteúdo Local	Analisar os mecanismos de financiamento e fomento à inovação, identificando o papel estratégico de Bancos, Agências e Fundações de financiamento e fomento no suporte à Base Industrial de Defesa (BID) e no desenvolvimento de tecnologias de uso dual. Avaliar a Política de Conteúdo Local e os Acordos de Compensação (Offset) como instrumentos de soberania, voltados para a garantia da autonomia tecnológica e o fortalecimento da cadeia produtiva nacional nos projetos das Forças Armadas.	- Instrumentos de Fomento à BID: O papel do BNDES (linhas de crédito e Finame) e da FINEP (subvenção econômica e apoio à inovação) em projetos de Defesa. - Política de Conteúdo Local (PCL): Conceitos, marcos regulatórios e sua aplicação nos Projetos Estratégicos das Forças Armadas. - Mecanismos de Compensação (Offset): Acordos de compensação comercial, industrial e tecnológica como indutores de desenvolvimento. - Fomento à Inovação e Tecnologias de Uso Dual: Estratégias para o desenvolvimento de tecnologias que atendam tanto ao setor militar quanto ao civil. - Impactos na Cadeia Produtiva Nacional: Desafios da integração de fornecedores locais e a sustentabilidade

				econômica das empresas estratégicas de Defesa.
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS O conteúdo será desenvolvido por meio de conferências, palestras e painéis.				
AVALIAÇÃO Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.				
REFERÊNCIAS 1. ARRUDA, Antonio de. A Escola Superior de Guerra: História de seus Fundamentos. 2. Ed. São Paulo: GRD; Brasília; INL, 1983, 306 p. 2. Boletim de Conjuntura Econômica IE/UFRJ 3. BRASIL. Lei Complementar número 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar número 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF. Disponível em: http://www.senado.gov.br . 4. BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. 3. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. 5. BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. 6. BRASIL. Ministério da Defesa. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional. Brasília, DF, 2004. Disponível em < https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/Portarias/1317_2004.pdf >. Acesso em: 29 Jan 2012. 7. CARDIM, F. C. et.al. Economia monetária e financeira, teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 8. CHANG, H. J. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Ed. Unesp, 2004, 267 pág. 9. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988; 10. Decreto 7364, de 23 de novembro de 2010. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa e dá outras providências. Brasília, 2010. 11. Decreto número 3.897, de 16 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da Ordem e dá outras providências. Brasília. DF, 2001. 12. Decreto número 7276, de 25 de agosto de 2010. Estrutura Militar de Defesa, 1ª edição, Brasília, 2010. 13. Diretriz Ministerial nº 04/2001 (Atuação das Forças Armadas em Ações de Defesa Civil). Brasília, 2001. 14. DOLCE, Julio. As Novas Fronteiras de um Mundo Plano, Revista da ESG 2005 15. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), <i>Manual Básico – Vol I - Elementos Fundamentais - Vol I</i> . Rio de Janeiro: ESG, 2014.				

16. Estado-Maior da Aeronáutica. Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1). Brasília, 2005.
17. Estado-Maior da Armada. Doutrina Básica da Marinha (EMA-305). Brasília, 2004.
18. Estado-Maior das Forças Armadas. Decreto Reservado nº 8, de 17 de janeiro de 1980 e suas alterações. Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra (FA-E-02/80). Brasília, 1980 (RESERVADO).
19. Estado-Maior de Exército. Manual de Campanha do Exército – Operações (C100-5) Brasília, 1997.
20. Estratégia Militar de Defesa (MD51-M-03), 2ª edição, Brasília, 2006 (Confidencial).
21. FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra, 2000
22. GREMAUD A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR R. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
23. KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD M. Economia internacional, teoria e política. São Paulo: Makron Books, 2001.
24. LEGISLAÇÃO E INFORMAÇÕES contidas nos sites www.antt.gov.br e www.transportes.gov.br
25. LESKE, A. D. S. Economia de defesa: uma abordagem estratégica. Rio de Janeiro: ESG, 2021.
26. MAGALHÃES, J. P. Nova Estratégia de desenvolvimento para o Brasil. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2005, 215 pág.
27. Manual de Campanha do Exército – Estratégia (C124-1) Brasília, 3ª edição, 2001.
28. Ministério da Defesa. Portaria nº 142/MD de 25 de janeiro de 2008. Aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MD. Brasília, 2008.
29. MORAES, R. F. de. A Base Industrial de Defesa no Brasil: uma análise das políticas públicas e dos principais projetos. Brasília: IPEA, 2022.
30. PLANO BRASIL MAIOR, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, www.brasilmaior.mdic.gov.br/
31. ROCHA, C. F. L. Inovação e fomento na indústria de defesa brasileira: o papel das agências de financiamento. São Paulo: Editora Acadêmica, 2023.
32. Síntese. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em: 24 Ago 2011.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA
PLANO DE DISCIPLINA - 2023

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
DESENVOLVIMENTO NACIONAL		DACTec e DAE.		DN	6 h/a
EMENTA A disciplina inclui estudos sobre as perspectivas para a economia brasileira; ciência, tecnologia e inovação voltadas para a Defesa; a situação do planejamento governamental no Brasil; e programas relacionados com visitas a áreas específicas da Defesa.					
OBJETIVO GERAL Conhecer as perspectivas para o desenvolvimento nacional e, por conseguinte, para a defesa do Estado.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
4.001	2	Ciência, Tecnologia e Inovação na defesa	Descrever e caracterizar a Ciência, a Tecnologia e a Inovação como fatores de desenvolvimento e os interesses brasileiros no competitivo mercado internacional na área da Indústria de Defesa.	- Situação atual da CT&I no Brasil voltada para a Indústria de Defesa (realizações, óbices e perspectivas); - Oportunidades existentes no setor; e - Política Nacional de CT&I e as estratégias para efetivá-la (FINEP e BNDES).	
4.002	4	Segurança e Defesa Cibernética	Identificar a situação dos projetos relacionados com a defesa cibernética e as oportunidades de parceria e negócio para o desenvolvimento do setor.	- Projetos de estruturação da Defesa Cibernética; - Situação atual da implantação dos projetos; - Infraestruturas críticas; e - Oportunidades relacionadas com a Defesa Cibernética no Brasil	

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

O conteúdo será desenvolvido por meio de conferências, palestras, painéis e visitas de estudo.

AValiação

Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.

REFERÊNCIAS

1. _____. Ministério da Defesa. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional. Brasília, DF, 2004. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/Portarias/1317_2004.pdf>. Acesso em: 29 Jan 2012.
2. _____. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 02 Ago 2012.
3. AMARANTE, José Carlos. O Vão da Humanidade e 101 tecnologias que mudaram a face da Terra. Rio de Janeiro: Ed BIBLIEX, 2009.
4. ARRUDA, Antonio de. A Escola Superior de Guerra: História de seus Fundamentos. 2. Ed. São Paulo: GRD; Brasília; INL, 1983, 306 p.
5. Boletim de Conjuntura Econômica IE/UFRJ
6. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação – PACTI 2007-2010. Documento Síntese. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em: 24 Ago 2011.
7. CARDIM, F. C. et.al. Economia monetária e financeira, teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
8. CHANG, H. J. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Ed. Unesp, 2004, 267 pág.
9. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, Plano de Ação do MCT para 2007-2010, www.mct.gov.br
10. DOLCE, Julio. As Novas Fronteiras de um Mundo Plano, Revista da ESG 2005
11. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), *Manual Básico – Vol I - Elementos Fundamentais - Vol I*. Rio de Janeiro: ESG, 2014.
12. FERREIRA, Flávio Soares. A estrutura organizacional da Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas: avaliação e perspectivas: monografia, ESG, 2007.
13. FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra, 2000
14. GREMAUD A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR R. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
15. KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD M. Economia internacional, teoria e política. São Paulo: Makron Books, 2001.
16. LEGISLAÇÃO E INFORMAÇÕES contidas nos sites www.antt.gov.br e www.transportes.gov.br
17. MAGALHÃES, J. P. Nova Estratégia de desenvolvimento para o Brasil. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2005, 215 pág.
18. PLANO BRASIL MAIOR, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, www.brasilmaior.mdic.gov.br/
19. PLANO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Ministério da Ciência e Tecnologia, www.mct.gov.br

**ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA
PLANO DE DISCIPLINA - 2023**

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
INDÚSTRIA DE DEFESA		DACTec		ID	10 h/a
EMENTA A disciplina inclui estudos sobre a Base Industrial de Defesa.					
OBJETIVO GERAL Reconhecer a importância do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) para a defesa do Estado.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
5.001	4	A Secretaria de Produtos de Defesa	Apresentar os fundamentos e conceitos de uma BID, bem como o papel da SEPROD como órgão fomentador da BID	- Mobilização da BID; - Características da Indústria de Defesa; - Estatísticas e Mapeamento da BID; - Gargalos; - Planejamento Estratégico da SEPROD; - Principais empresas da BID.	

5.002	4	Características e Desenvolvimento de Produtos de Defesa	Conhecer a situação da indústria nacional de defesa; Mostrar dificuldades, lições e estratégias desse ramo de negócio; e Mostrar oportunidades de negócio existentes nas Forças Armadas com o advento da END, PDN e outras legislações correlatas. Conhecer e compreender a importância da Base Industrial de Defesa para o desenvolvimento e defesa do Brasil. Conhecer e explorar casos de sucesso de empresas da BID nos temas relacionados com: inserção e conquista de mercado externo; contrapartida tecnológica /industrial e Offset; e desenvolvimento e inovação de produtos em parceria com os Centros Tecnológicos das FA.	- Potencial do Brasil diante do mundo atual; - A questão da dissuasão; - Mercado interno e externo de material de defesa; - Posição do Brasil em relação ao mundo no quesito material das FA; - Conquistas nacionais do setor e da indústria de defesa; e dificuldades e lições desse ramo de negócio; - Interação entre Governo, Indústrias e Universidades/Centros de Pesquisa; - Continuidade no aporte de recursos; - Visão prospectiva e planejamento – metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazos; e - Aplicação dual.
5.003	2	Ciclo de Vida e Catalogação de Produtos de Defesa	Conhecer a Mobilização, Interoperabilidade e Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas e Produtos de Defesa	- Documentos condicantes; - Áreas de atuação; - Catalogação “ O DNA da Logística”

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

O conteúdo será desenvolvido por meio de conferência.

AValiação

Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.

REFERÊNCIAS

1. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual Básico Vol I e II, Rio de Janeiro, RJ, 2014.
2. FERREIRA, Flávio Soares. A estrutura organizacional da Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas: avaliação e perspectivas. Monografia, ESG, Rio de Janeiro, RJ, 2007.
3. LONGO, Waldimir Pirró e. Conceitos Básicos sobre Ciência e Tecnologia. In: LONGO, Waldimir Pirró e. Ciência e Tecnologia: alguns aspectos teóricos. rev. atual. Rio de Janeiro: ESG, 2004 (LS 19-87). Disponível em: <<http://www.waldimir.longo.nom.br/publicacoes.html>>.

Acesso em: 12 ago 2011.

4. LONGO, Waldimir Pirró e. Tecnologia e Soberania Nacional. São Paulo: Ed. Nobel e Promocet, 1984.
5. _____; MOREIRA, W.S. Contornando o Cerceamento Tecnológico. Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas, p. 309-321, SVARTMAN, E.M. (Org.). Campinas, SP: Ed. Mercado de Letras, 2010. Disponível em: <<http://www.walimir.longo.nom.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 06 maio 2011.
6. MERQUIOR, Douglas Marcelo. Ciência, tecnologia e inovação como pilares para a soberania nacional. Monografia, ESG, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
7. _____. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 02 Ago 2012.
8. BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 899, de 19 Jul 2005 - Aprovação da Política Nacional da Indústria de Defesa. Brasília, DF: 2005; e
9. BRASIL. Lei Nr 12.598, de 22 de março de 2012 - Estabelece Normas Especiais para as Compras, as Contratações e o Desenvolvimento de Produtos e de Sistemas de Defesa.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA
PLANO DE DISCIPLINA - 2023

DISCIPLINA		COORDENADOR DE DISCIPLINA		CÓDIGO	CH
VIAGENS DE ESTUDOS (VG) E VISITAS DE ESTUDOS (VE)		DACTec.		DN	84 h/a
EMENTA A disciplina inclui estudos sobre as perspectivas para a economia brasileira; ciência, tecnologia e inovação voltadas para a Defesa; a situação do planejamento governamental no Brasil; e programas relacionados com visitas a áreas específicas da Defesa.					
OBJETIVO GERAL Conhecer as perspectivas para o desenvolvimento nacional e, por conseguinte, para a defesa do Estado.					
UE	H/A	Título	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	
6.001	84	Desenvolvimento em Área Específica	Conhecer os principais Centros Tecnológicos das Forças Armadas e empresas e empreendimentos relacionados com a BID.	- Situação de projetos de CT&I existentes nos Centros Tecnológicos das FA; e - Situação dos investimentos e dos projetos desenvolvidos em conjunto com as empresas.	
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS O conteúdo será desenvolvido por meio de conferências, palestras, painéis e visitas de estudo.					
AVALIAÇÃO Não haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários na disciplina. Ao final da disciplina será realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem utilizado, conforme previsto no Plano de Avaliação.					

REFERÊNCIAS

1. _____. Ministério da Defesa. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional. Brasília, DF, 2004. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/Portarias/1317_2004.pdf>. Acesso em: 29 Jan 2012.
2. _____. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 02 Ago 2012.
3. AMARANTE, José Carlos. O Vôo da Humanidade e 101 tecnologias que mudaram a face da Terra. Rio de Janeiro: Ed BIBLIX, 2009.
4. ARRUDA, Antonio de. A Escola Superior de Guerra: História de seus Fundamentos. 2. Ed. São Paulo: GRD; Brasília; INL, 1983, 306 p.
5. Boletim de Conjuntura Econômica IE/UFRJ
6. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação – PACTI 2007-2010. Documento Síntese. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em: 24 Ago 2011.
7. CARDIM, F. C. et.al. Economia monetária e financeira, teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
8. CHANG, H. J. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Ed. Unesp, 2004, 267 pág.
9. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, Plano de Ação do MCT para 2007-2010, www.mct.gov.br
10. DOLCE, Julio. As Novas Fronteiras de um Mundo Plano, Revista da ESG 2005
11. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil), *Manual Básico* – Vol I - Elementos Fundamentais - Vol I. Rio de Janeiro: ESG, 2014.
12. FERREIRA, Flávio Soares. A estrutura organizacional da Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas: avaliação e perspectivas: monografia, ESG, 2007.
13. FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra, 2000
14. GREMAUD A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR R. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
15. KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD M. Economia internacional, teoria e política. São Paulo: Makron Books, 2001.
16. LEGISLAÇÃO E INFORMAÇÕES contidas nos sites www.antt.gov.br e www.transportes.gov.br
17. MAGALHÃES, J. P. Nova Estratégia de desenvolvimento para o Brasil. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2005, 215 pág.
18. PLANO BRASIL MAIOR, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, www.brasilmaior.mdic.gov.br/
19. PLANO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Ministério da Ciência e Tecnologia, www.mct.gov.br